



SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS

www.suframa.gov.br

Clipping Local Mídia Impressa

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, terça-feira, 19 de julho de 2011

JORNAL DO COMMERCIO MPes do setor têxtil devem ser beneficiadas..... CAPA	1
JORNAL DO COMMERCIO EDITORIAL..... EDITORIAL	2
JORNAL DO COMMERCIO As pressas..... POLITICA	3
JORNAL DO COMMERCIO Frases..... POLITICA	4
JORNAL DO COMMERCIO Castro diz que matéria pode ter sido 'embutida' em projeto do Executivo..... POLITICA	5
JORNAL DO COMMERCIO MP dos Tablets..... POLITICA	6
JORNAL DO COMMERCIO Aproveitamento gera renda..... ECONOMIA	7
JORNAL DO COMMERCIO Gente em Foco aborda responsabilidade socioambiental..... ECONOMIA	8
JORNAL DO COMMERCIO Têxtil..... ECONOMIA	9
JORNAL DO COMMERCIO Custo & Benefício..... ECONOMIA	10
JORNAL DO COMMERCIO Venda de motos avança 2% na 1ª prévia..... ECONOMIA	11
JORNAL DO COMMERCIO Manaus..... ECONOMIA	12
JORNAL DO COMMERCIO Competência.....	13
A CRITICA DISTRITO INDUSTRIAL..... CAPA	14
A CRITICA CONVÊNIO DESFEITO..... POLITICA	15
A CRITICA CULPA DE QUEM?..... ECONOMIA	16
AMAZONAS EM TEMPO Videolar investe R\$ 12 mi na fabricação de tampas no PIM..... ECONOMIA	17
AMAZONAS EM TEMPO Vendas crescem 17% na quinzena..... ECONOMIA	18
DIÁRIO DO AMAZONAS PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2011..... AMAZONAS	19
DIÁRIO DO AMAZONAS BALANÇA..... BRASIL	20

MPEs do setor têxtil devem ser beneficiadas

As indústrias do setor têxtil serão beneficiadas com medidas que devem ser lançadas pela presidente Dilma Rousseff para impulsionar o segmento, mas as MPEs também devem sair favorecidas.

Página A7

EDITORIAL

A reforma tributária fatiada e os interesses do Amazonas

O Estado do Amazonas enfrentará em breve mais uma guerra fiscal para defender os seus interesses e benefícios constitucionais. Ontem (18), a ministra de Relações Institucionais, Ideli Salvatti, informou que o governo pretende enviar uma proposta de reforma tributária “fatiada” ao

Congresso após o recesso de julho. O que significa que as propostas sobre a reforma irão para análise dos deputados, primeiro percurso legislativo, por partes e não em um projeto único. Questões como o fim da isenção de ICMS para importação, a instituição do ICMS interestadual com tarifa única para todas as operações, e criação de fundos, serão tratadas em separado.

Embora o objetivo do governo seja acabar com a guerra fiscal entre os Estados, o formato da reforma não agrada a todos, principalmente aos Estados considerados menos desenvolvidos, que mais sofreriam com as perdas. Uma alíquota zero do ICMS seria um

problema para os Estados, assim como a proposta do governo federal de 4% para todos. Há certo consenso dos pequenos em torno de uma alíquota de 7% para os Estados do Centro-Oeste, Norte e Nordeste; e de 2% para os Estados do Sul e Sudeste, economicamente mais desenvolvidos. Os governadores do Centro-Oeste já encaminharam essa proposta à presidenta Dilma, e esperam a reação dos demais.

O certo é que a reforma vai mexer com todos, e no caso do Amazonas, com toda a sua base econômica. Constitucionalmente temos garantias, mas a Constituição nem sempre é levada em conta nas refregas políticas.

Às pressas

'Regalias financeiras' aprovadas pela ALE serão vetadas por Omar

Por Juscelino Taketomi

Especial para o JOC

Apesar do rolo compressor da ALE aprovar proposta de licença remunerada a procuradores, Omar garante: vai vetar

Com salários acima de R\$ 16 mil e vantagens do "direito de sucumbência", os procuradores do Estado vão perder a oportunidade de engordar ainda mais seus proventos com o veto do governador Omar Aziz à concessão da licença especial aprovada pela ALE (Assembleia Legislativa do Amazonas) na última quinta-feira (14). O deputado Luiz Castro (PPS), que protestou contra o privilégio e ameaçou ingressar com uma ação no STF (Supremo Tribunal Federal), destaca o veto governamental afirmando ter informações seguras sobre a discordância de Omar Aziz com relação à matéria. Na manhã de ontem (18) o deputado Marco Antônio Chico Preto (PMDB) também destacou o veto, que já está sendo tratado no âmbito

da Casa Civil.

"Sei que o governador vai vetar o dispositivo que concede licença-prêmio aos procuradores da PGE e eu espero que ele o faça realmente, no que demonstrará espírito público, responsabilidade, e não é porque eu faço parte da oposição que não vou deixar de reconhecer esse gesto", argumenta Castro, voltando a lamentar a forma como a matéria foi tratada no plenário da ALE. "O próprio governador, ao participar de importante evento na Assembleia, disse precisar do apoio dos deputados, ressaltando a imperfeição do governo, passível de cometer erros, e apelou para que os parlamentares tratassem com bom senso os projetos de lei encaminhados ao Poder Legislativo", assevera.

De acordo com Castro, a bancada situacionista ignorou o apelo de Omar Aziz e se comportou com autoritarismo quando da apreciação dos projetos encaminhados pelo governador na semana passada: "O dispositivo que cria privilégio aos procuradores é inconstitucional porque eles já são bem remunerados por conta do direito de sucumbência, eles ganham acima de R\$ 16 mil e, ao mesmo tempo, têm direito a uma vantagem que os ajuda a engordar os

salários, que é o tal direito de sucumbência", afirma.

O deputado explica o direito de sucumbência: "Quando o governo ganha uma ação, faz um acordo sobre uma dívida, às vezes dívida de R\$ 100 milhões, R\$ 200 milhões, o honorário advocatício vai para a Associação dos Procuradores que o reparte entre eles. Então, às vezes os

O deputado estadual Luiz Castro ameaçou ingressar com ação no STF contra decisão da ALE e afirmou que o governador ficou descontente com ato e deu garantias de que vetará a matéria

procuradores recebem dezenas de milhares de reais em um único mês. Logo, se eles ganharem mais um privilégio isso seria o absurdo dos absurdos". Ele lembra, a propósito, ações que o Estado do Amazonas ajuizou recentemente através da Sefaz (Secretaria de Estado da Fazenda) envolvendo empresas como a Petrobras, Samsung e CCE. "É a PGE que vai defender o Estado e são os procuradores que vão receber", esclarece.

Frases

A ALE aprovou, na última quinta-feira, proposta que concede licença especial para procuradores. Omar Aziz, inconformado, prometeu vetar. Além disso, outro assunto que movimentou a classe política foi a não aprovação de emendas da bancada do Amazonas no Congresso.



“ O governador decidiu promover o veto por entender a inoportunidade da matéria”.

Deputado estadual Chico Preto (PMDB)
Confirmando o descontentamento de Omar com a base aliada

“ Sei que o governador vai vetar o dispositivo que concede licença-prêmio aos procuradores e eu espero que ele o faça, no que demonstrará espírito público”.

Deputado estadual oposicionista, Luiz Castro (PPS)

“ Ocorre que a Câmara segura tudo, vota a matéria em uma semana e quando ela chega ao Senado, não dá tempo de nada”.

Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Comentando que apoia José Sarney contra MPs "monocráticas"

Castro diz que matéria pode ter sido 'embutida' em projeto do Executivo

Segundo Luiz Castro, os próprios aliados de Omar Aziz na Assembleia Legislativa, acostumados à velha prática do "rolo compressor", se recusam a entender que os tempos mudaram e o governador trata com democracia o parlamento estadu-

al. "O governador não quer a ALE aprovando mais nada a toque de caixa, como acontecia no passado, ele pode estar sendo vítima de um artifício, de uma casca de banana que embutiram num projeto de lei que deveria ter sido discutido sem pressa e

com democracia", desabafa. Além de Luiz Casto, deputados da bancada de oposição na Aleam, como José Ricardo (PT) e Marcelo Ramos (PSB), se manifestaram contra o privilégio aos procuradores. Entre os situacionistas, o deputado Sidney

Leite (DEM) foi exceção ao criticar o benefício durante a sessão do dia 14 por entendê-lo "uma injustiça às demais categorias de trabalhadores do Estado". Ontem, o deputado Marco Antônio Chico Preto, aliado de Omar, confirmou o veto à matéria.

"O governador decidiu promover o veto por entender a inoportunidade da matéria, ele entendeu que a matéria iria gerar uma bola de neve muito grande, de modo que o governador está promovendo a intervenção correta", reconhece.

MP dos Tablets

Vanessa apoia Sarney contra MPs "monocráticas"

A senadora afirma sua disposição de ajudar na rejeição das MPs encaminhadas de afogadilho ao Senado

Por Juscelino Taketomi

Especial para o JCM

A senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB) considerou "altamente positiva" a decisão do presidente do Congresso Nacional, senador José Sarney (PMDB-AP), de rejeitar medidas provisórias enviadas pelo Palácio Planalto com prazos curtos para apreciação.

"Estou nessa com o senador Sarney para rejeitar esse instrumento que nasceu com a Assembleia Nacional Constituinte de 1988 para substituir os decretos-leis da época", salienta, qualificando o instrumento como "um ato monocrático da Presidência da República que vira lei no momento do ato da assinatura". Por isso ela afirma sua disposição de ajudar na rejeição das MPs encaminhadas de afogadilho ao Senado.

Segundo Vanessa, a edição de medidas provisórias pelo Palácio do Planalto deve ter limites e precisa ser acompanhada de dispositivos que garantam a democracia.

"Uma medida provisória não pode virar decreto-lei", comenta, explicando que a edição de MPs, desde o período Itamar Franco (1992-93), sempre

ocorreu na forma de decreto-lei. "A MP era editada e não tinha na legislação o estabelecimento de prazo para a matéria ser votada, depois surgiu o prazo de 120 dias. Se a gente não votar a MP em 120 dias, ela perde o efeito, caduca após o prazo".

De acordo com a senadora, a matéria foi objeto de um acordo no Congresso Nacional durante o governo Fernando Henrique Cardoso.

O acordo, entretanto, não produziu avanços acerca do prazo de 120 dias. "Os legisladores se esqueceram de explicar como funcionariam esses 120

A senadora diz que a ambiguidade do dispositivo acaba facilitando um processo de manipulação por parte da Câmara

dias, fixando um prazo para a Câmara e outro para o Senado. Isso não está escrito em lugar nenhum, só diz que tudo tem que ser resolvido em 120 dias", lamenta.

A senadora diz que a ambiguidade do dispositivo acaba facilitando um processo de manipulação por parte da Câmara.

"Ocorre que a Câmara segura tudo, vota a matéria em uma semana e quando ela chega ao Senado, não dá tempo de nada, não dá tempo de

emendá-la, porque se a gente produzir emendas, a matéria teria que voltar à Câmara e aí ela cairia", sustenta, protestando contra o absurdo: "O que são os senadores, meros carimbadores do que a Câmara quer? Claro que não". Vanessa destaca ter esperança de que agora, com a atitude de José Sarney de rejeitar as MPs que a presidente Dilma Rousseff encaminhar à Câmara e que chegam às pressas ao Senado, o problema seja solucionado através de um novo acordo que discipline com mais rigor a edição de MPs.

Emendas

Vanessa Grazziotin disse desconhecer informação prestada pelo deputado Francisco Praciano (PT-AM) de que a Mesa Diretora da Câmara Federal teria rejeitado a maioria das emendas propostas pelos representantes do Estado do Amazonas com relação à Medida Provisória 534 que trata da questão dos tablets. "Eu não orientei nenhuma emenda no âmbito da Câmara, mas vou tratar dessa ma-



Foto: Waldemir Barreto / Agência Senado

Vanessa Grazziotin disse desconhecer informação prestada pelo deputado Francisco Praciano (PT-AM) de que a Mesa Diretora da Câmara Federal teria rejeitado a maioria das emendas

téria quando a MP chegar ao Senado onde o relator é o nosso companheiro Eduardo Braga", ressaltou.

Aproveitamento gera renda

A empresa Green Obsession trabalha com couro de peixes amazônicos há 11 anos

POR MARIA DERZI

Não é de hoje que o aproveitamento de resíduos animais e vegetais está na mira da produção industrial do Amazonas, conquistando sucesso junto ao mercado consumidor e garantindo, por si só, a valorização do potencial de pesquisa realizado em solo amazônico. No ano passado, das nove patentes conquistadas pelo Inpa (Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia), pelo menos duas aproveitam resíduos e materiais naturais para a produção de produtos de sucesso nos mercados nacional e internacional.

Um deles é a técnica de retirada de escamas para a produção de couro de peixe, herdada dos ensinamentos indígenas e que hoje corresponde a uma maneira eficaz de aproveitamento da matéria-prima orgâni-

ca. Além de demonstrar para o mundo o potencial produtivo e intelectual da nossa região, a técnica alia preceitos da preservação ambiental ao evitar a poluição das águas com o lixo descarregado pelos frigoríficos de Manaus.

É o que faz a empresa Green Obsession que trabalha o couro de peixe para produção de bolsas, sapatos e acessórios em geral. A empresa já utiliza a técnica desde o ano 2000 e foi a primeira a produzir acessórios com o aproveitamento de couro de peixe. "Participamos de todo o processo. Começamos trabalhando com o Inpa e agora também trabalhamos com um curtume de São Paulo. Mas, somos nós que determinamos todas as características da matéria-prima que iremos utilizar", explicou Aidson Ponciano, proprietário.



Os couros mais utilizados para a produção de acessórios são os do tambaqui, aruanã e pescada

São Paulo é o mercado que atrai os couros

Segundo Aidson, as peças são compradas ao valor de R\$ 5 cada filete para a produção dos acessórios. "É necessário um corte correto da pele do peixe para poder ser aproveitado como matéria-prima para a confecção dos produtos. Por isso, nós indicamos como os frigoríficos devem cortar e depois, no curtume indicamos a cor, a metragem e para a produção. Depois eles devolvem dentro das características indicadas e iniciamos a produção na fábrica", disse.

Aidson explica que os couros de peixe mais utilizados para a produção dos acessórios são dos peixes de escama como tambaqui, aruanã e pescada. "A utilização desse couro ainda é considerada exótica e

por isso nós temos uma clientela mais seletiva. Depois fazemos a montagem do couro no padrão das bolsas, sapatos e carteiras. Temos uma venda boa e equilibrada mas, há um período em que determinado peixe está em falta e temos que utilizar o couro de outra espécie", explicou Aidson dizendo que a produção ultrapassa 600 unidades ao mês. "Vendemos mais para São Paulo e para outros países e temos uma venda média, a partir, de 150 peças ao mês", complementou dizendo. "Temos uma grande preocupação com a ecologia e procuramos contribuir para evitar danos ao meio ambiente. Estamos fazendo a nossa parte", finalizou.

Gente em Foco aborda responsabilidade socioambiental

A ABRH-AM realiza hoje, no Studio 5, a 63ª edição do evento para conscientizar gestores sobre o tema

POR OLÍVIA DE ALMEIDA

Cada vez mais o mercado tem exigido das empresas uma postura em relação às questões sociais e ambientais, por esse motivo elas passaram a adotar ações de responsabilidade socioambiental, que proporcionam além de competitividade para os negócios e uma contribuição para o meio ambiente e sociedade, como também a melhora da imagem da empresa. Por este motivo, a ABRH-AM (Associação Recursos Humanos do Amazonas) promove hoje, 18, no Studio 5 Centro de Convenções, a 63ª edição do Gente em Foco, que vai tratar da responsabilidade socioambiental e gestão de pessoas.

Segundo a diretora de responsabilidade socioambiental da ABRH-AM, Socorro Souza, o objetivo do evento é conscientizar os profissionais de RH e gestores das mais diversas áreas sobre a importância da adesão de atitudes socioambientais. "Dai a importância da ISO 14001, que visa as empresas se comprometerem com o meio ambiente através de práticas que auxiliam não somente a empresa, como tam-

bém a comunidade que vive no entorno", destaca.

A ISO 14001 é relevante para todas as organizações, incluindo desde sites únicos até grandes companhias multinacionais, companhias de alto risco até organizações de serviço de baixo risco, indústrias de manufatura, de processo e de serviço, governos locais, todos os setores da indústria, incluindo setores públicos e privados, além de montadoras e seus fornecedores.

A 63ª Gente em Foco contará com a participação da professora Eliana Veras abordando o tema cidadania ambiental e o papel de RH no processo de mudanças de paradigmas, entre outros aspectos da sustentabilidade nas organizações. "Queremos demonstrar que o gestor de RH tem um papel fundamental nessas questões, pois ele é quem tem o poder de persuadir os funcionários quanto a importância e a participar de ações de responsabilidade socioambiental da empresa. Dessa forma, o gestor de RH passa a ser também um gestor ambiental dentro da organização", disse.

Eliana afirma que hoje das 600 empresas do PIM (Polo Industrial de Manaus) apenas



Das 600 empresas do PIM (Polo Industrial de Manaus), apenas 100 aderiram a ISO 14001

100 aderiram a ISO 14001. "Muitas empresas apenas praticam a responsabilidade social, mas a preocupação com as questões ambientais tem influenciado tudo e todos, por isso, a necessidade das organizações de também adotarem medidas que contribuam com o meio em que vivemos", enfatiza.

A professora destaca ações

como a da Faculdade Salesiana Dom Bosco, que possui projeto com comunidades ribeirinhas que ajudam a população local com práticas socioambientais. "Eles aprendem a gerar renda local através da comercialização de produtos da natureza, sem agredir o meio ambiente", salienta Socorro.

Por dentro

ISO 14001

A certificação na ISO 14001 permite a empresa: Demonstrar, para reguladores e governo, um comprometimento em obter conformidade legal e regulatória; Demonstrar seu comprometimento ambiental para os stakeholders; Demonstrar uma abordagem inovadora e voltada para o futuro para clientes e futuros colaboradores; Aumentar seu acesso a novos clientes e parceiros de negócios; Gerenciar melhor seus riscos ambientais, agora e no futuro; Reduzir potencialmente seus custos de seguros por responsabilidade pública; e Melhorar a sua reputação.

74%

Dos brasileiros não confiam nas ações de sustentabilidade anunciadas pelas empresas no país, de acordo com levantamento da empresa de consultoria Kantar Worldpanel. A pesquisa aponta que o maior fator causador de desconfiança nos consumidores é o fato de não visualizarem o resultado final da ação.

Têxtil

Pequena indústria também quer ganhar incentivos federais

POR LUANA GOMES

Sebrae/AM avalia que medidas prometidas por Dilma para alavancar o setor também devem chegar aos pequenos

Embora as grandes indústrias do setor têxtil sejam as principais beneficiadas com as medidas que devem ser lançadas pela presidente Dilma Rousseff (PT), no intuito de impulsionar a competitividade deste segmento, as MPEs (Micro e Pequenas Empresas) de mesma atividade também devem sair favorecidas.

Segundo o gerente da área de indústria do Sebrae/AM (Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Amazonas), Carlos Emerson, mesmo que os benefícios não sejam desdobrados para estes empreendimentos, de uma forma ou de outra as vantagens serão estendidas. "Elas fazem parte da cadeia produtiva, muitas vezes em regime de parceria com as grandes indústrias", avaliou.

O efeito dominó sinaliza bons resultados para o Amazonas, pois, embora o segmento têxtil tenha registrado, nos primeiros

cinco meses de 2011 (US\$ 6,54 milhões), incremento de 43,34% ante resultado de igual período do ano anterior (US\$ 4,56 milhões), de acordo com a Suframa (Superintendência da Zona Franca de Manaus), a Jutal é a única fábrica com projeto aprovado no subsetor.

Mesmo no caso do ramo de vestuário e calçados, que obteve alta de 6,29%, com US\$ 8,60 milhões

Puxados pelos resultados das grandes empresas, tanto o segmento têxtil quanto o de roupas e calçados faturaram mais neste ano

(2011) frente US\$ 8,10 milhões (2010), apenas uma indústria faz parte dos dados da Superintendência, a Bicho da Seda.

Pequeno porte

O presidente do Sindconf (Sindicato da Indústria de Confecção de Roupas do Amazonas), Engels Medeiros, argumenta que grande parte das empresas do setor é de pequeno porte e sofre com o problema de 'bitributação', na qual é obrigada a pagar duas vezes a alíquota



Foto: Arquivo 30

Segundo o Sindconf, grande parte das fábricas do Amazonas é de pequeno porte e sofre bitributação

do ICMS (Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços) de fronteira, quando fazem o recolhimento dos impostos e tributos mensais por meio do Simples Nacional.

"Estão sempre levantando a mão para salvar o Distrito e ninguém levanta para salvar estes empreendimentos. A gente sofre todos os problemas das grandes indústrias", desabafou.

Medeiros afirma que isto impede o setor de abrir novos postos de trabalho, ainda mais quando se compra quase tudo de fora. De acordo com informações nacionais da Abit (Associação Brasileira da Indústria Têxtil e

de Confecção), houve déficit de US\$ 3,5 bilhões nas importações do setor em 2010 e a previsão da entidade é que este saldo ultrapasse os US\$ 5,2 bilhões neste ano.

A redução de carga tributária proposta pelo governo federal seria uma aliada promissora para o setor, mas Emerson completa que já existem pleitos em favor do segmento de micro e pequenas empresas como um todo, exemplo a Frempeei (Frente Parlamentar Estadual de Apoio às Micro e Pequenas Empresas e Empreendedor Individual), cuja tarefa é discutir os gargalos que recaem sobre as MPEs do Amazonas.

Por dentro

Menos tributos e mais crédito

Na semana passada, a presidente Dilma Rousseff informou que, até o final do ano, vai implementar medidas para elevar a competitividade da indústria têxtil frente a concorrência asiática. O programa deve se caracterizar pela redução de impostos, maior oferta de crédito e maior exigência em relação à qualidade dos importados.

Custo & Benefício



MARCO DASSORI

Nova alta nos juros: solução ou problema?

Sob o mesmo clima de placar antecipado, o Copom reúne-se mais uma vez, hoje e amanhã, para arbitrar sobre a Selic (a taxa referencial de juros da economia). Tudo indica que prevalecerá, como nas reuniões anteriores, o viés de alta, a despeito da torcida contra do setor produtivo – e de boa parte dos consumidores emergentes. A demanda ainda é percebida pelos agentes de mercado – cujos ganhos derivam de aplicações financeiras nem sempre vinculadas à produção física – como “excessivamente aquecida” e, portanto, fator de pressão sobre os preços. Todos os indicadores de inflação – e o país tem muitos – apontam para uma deflação relativa graças à alimentação e, em parte, aos combustíveis. Os ‘vilões’ são os serviços, por conta principalmente do maior acesso das classes C e D a itens considerados “supérfluos” (academia, salão de beleza, etc).

O esperado aumento da Selic, contudo, apresenta-se simultaneamente como uma prova de “força” do Banco Central, acusado de leniente com a inflação – com todo o peso que isso tem em um país com o histórico inflacionário do Brasil. É também uma profecia autorealizada: não se pode descartar a influência dos atores consultados semanalmente pela autoridade monetária na pesquisa Focus – a promessa de ouvir o setor produtivo na pesquisa ainda não foi cumprida.

É indiscutível que outros fatores pesam sobre a decisão a ser tomada amanhã pelos sábios do Copom. O triste balé pelo qual passam as economias da Zona do Euro inspira cuidados. Mais ainda a possibilidade de uma moratória dos EUA. Em uma irônica – mas não menos melancólica – inversão de papéis para quem viveu tempos em que éramos nós os endividados, estamos entre os maiores credores dos norte-americanos e não adianta colocá-los no SPC. Se naufragarem nas manobras para elevar o teto da dívida, levam o mundo junto.

Rescaldos da crise de 2008, que ainda não apresenta horizonte para a reduzir o desequilíbrio da economia mundial. Países “ricos” zeraram juros para ressuscitar economias anêmicas e emer-

**Sob o mesmo
clima de placar
antecipado, o
Copom reúne-se
mais uma vez, hoje
e amanhã, para
arbitrar sobre a Selic**

gentes crescem sob a égide do otimismo e do fardo da inflação e fluxo cambial descontrolado. Estamos entre os países mais caros em virtude dessa conjunção – preços indexados, oligopólios e cartéis também ajudam, mas isso é outra história. Uma nova alta da Selic vai colocar mais lenha nessa fogueira, que continua atrain-

do capitais especulativos. Os mesmos que podem sair em revoada diante de um baque na economia global.

Construtoras demitem mais

A culpa deve ser das chuvas, diriam os empresários. O fato é que a Região Norte foi a única do país a registrar desempenho negativo na passagem de abril para maio, conforme levantamento realizado pelo Sinduscon/SP e pela FGV. No período, foram cortados 975 postos de trabalho.

Embora apresentem discrepância, dados do Caged do Ministério do Trabalho e do Emprego referentes ao período apontam para a mesma tendência negativa apresentada pela pesquisa do Sinduscon/SP e FGV. A diferença é que o número de cortes foi menor (446 empregos). O Caged, contudo, pontuou saldo positivo para o Amazonas: 461 vagas e alta de 1,59% sobre abril. No

acumulado (+9,05%) e em 12 meses (+15,16%), o resultado também foi de alta.

No que se refere ao emprego da construção civil, o problema identificado é, conforme já apontaram anteriormente estudos do Dieese, a alta rotatividade e o gradual achatamento da massa salarial dos trabalhadores do setor. Segundo o órgão de pesquisa, uma coisa estaria ligada a outra e indicaria uma tendência das empresas de contratar menos em atividades de maior remuneração e vice-versa. Algo semelhante vem acontecendo no PIM, conforme estatísticas da Suframa.

No caso da construção civil, a dúvida é se isso indicaria uma estratégia (dúvidosa) das empresas para cortar custos ou um possível reflexo da falta de qualificação de que tanto os empresários se queixam. E não estamos falando apenas de engenheiros.

MARCO DASSORI é editor de Economia do Jornal do Commercio

Venda de motos avança 2% na 1ª prévia

A primeira quinzena de julho registrou incremento de 2% no número de emplacamentos de motocicletas zero quilômetro em relação ao mesmo intervalo do mês anterior, informa a Abraciclo (Associação Brasileira dos Fabricantes de Motocicletas, Ciclomotores, Motonetas, Bicicletas e Similares). Foram comercializados 87.775 veículos, contra 86.284 nos 15 dias iniciais de junho. Os dados apresentam também um avanço de 17% em comparação a julho de 2010 (75.283).

Considerando a média diária de vendas, a previsão da entidade para os emplacamentos no mês é de 167.500 motocicletas, o que representaria alta de 4% em relação a junho (161.769) e de 13% em comparação ao mesmo período do ano passado (147.921).

“O crescimento corresponde às nossas expectativas, já que, normalmente, o segundo semestre do ano é melhor do que o primeiro. Mesmo com as medidas de restrições ao crédito, estamos confiantes na recuperação e crescimento do setor de duas rodas”, concluiu o presidente da Abraciclo, Roberto Akiyama.

Manaus

Motos elétricas serão usadas nos parques

Os veículos não emitem ruídos nem promovem o descarte de gás carbônico. As motos irão monitorar as unidades de conservação

A Semmas (Secretaria Municipal de Meio

Ambiente e Sustentabilidade) realiza hoje a apresentação das cinco motos elétricas Green ecologicamente corretas que serão utilizadas no monitoramento interno das unidades de conservação e parques de uso público mantidas de Manaus.

Os veículos não emitem ruídos nem promovem o descarte de gás

carbônico (porque não necessitam de queima de combustível para se locomover) e são movidos à bateria recarregável, com uma autonomia média de seis horas, cada. As motos foram adquiridas por meio de Termos de Ajustamento de Conduta Ambiental (TACAs) firmados entre a secretaria e infratores, e compensações ambientais.

Uso das motos

Os veículos serão utilizados para transporte de documentos, rondas diárias regulares e deslocamentos rápidos entre setores. Elas não podem ser utilizadas no perímetro urbano. Na oportunidade, será feita uma demonstração do uso dos equipamentos.

Competência

Compromisso e prosperidade foram sentimentos recorrentes na solenidade de posse do empresário Wilson Périco, vice-presidente da Fieam, que assumiu o comando do Cleam (Centro da Indústria do Estado do Amazonas). "Assumo com o firme propósito de agregar, somar esforços e, assim, envolver ainda mais as entidades produtivas em prol dos direitos e interesses do Estado do Amazonas", afirmou o empresário na noite da última quarta.

Fotos: Divulgação/Fieam



A superintendente da Suframa, Flávia Grosso, o empresário Maurício Loureiro e Antonio Silva, presidente da Fieam levaram seus cumprimentos e homenagens ao amigo Wilson Périco

DISTRITO INDUSTRIAL

Dinheiro para recuperar ruas é devolvido

A Secretaria da Região Metropolitana de Manaus devolveu R\$ 24,017 milhões para a Suframa. A verba não foi usada para a recuperação das ruas do PIM. **PÁGINA A5**

CONVÊNIO DESFEITO

SRMM devolve R\$ 24 mi

Recursos para recuperar ruas do Distrito Industrial foram devolvidos à Suframa pelo Governo do AM

ROSIENE CARVALHO
DA EQUIPE DE A CRÍTICA

Depois da Suframa passar quatro anos tentando sanar irregularidades no convênio para recuperar as ruas do Distrito Industrial, o Governo do Estado desistiu de fazer a obra. A Secretaria da Região Metropolitana de Manaus (SRMM) devolveu aos cofres da Suframa R\$ 24,017 milhões, segundo informações do site Transparência do Governo do Estado.

O dinheiro chegou a ser bloqueado pela Justiça a pedido do Ministério Público Federal (MPF). O motivo era a identificação de graves irregularidades apontadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU) no convênio 057/2007. "Repassamos todo o dinheiro porque nada foi usado", declarou o secretário da Região Metropolitana de Manaus, Renê Levi. Ao ser questionado sobre a razão que levou a SRMM a desistir da obra, o secretário informou que era melhor consultar a Suframa.

O primeiro convênio, em 2007, firmado com o Centro das Indústrias do Estado do Amazonas (Cieam), foi cancelada pelo TCU. A auditoria do órgão classificou como irregularidade grave o fato do Cieam não possuir os requisitos exigidos por lei para a celebração do convênio, por não apresentar em seu estatuto social o objetivo pactuado da obra; não contar com

Em números

#

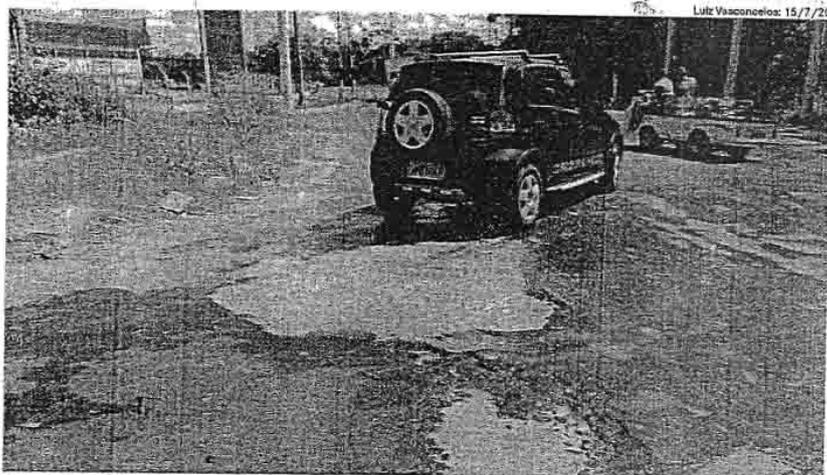
3,7

Milhões de reais foi o valor do prejuízo aos cofres públicos no convênio entre a Suframa, Cieam e Mosaico Engenharia que levou a Justiça Federal a pedir o bloqueio dos bens dos envolvidos em fevereiro último. A obra não tinha projeto básico.

setor específico de obras e serviços de engenharia; tampouco já ter executado obra de engenharia de grande complexidade que requisesse conhecimento técnico específico, como a revitalização de sistema viário.

Depois, o convênio passou a incluir o Governo do Estado como interveniente e a Secretaria da Região Metropolitana de Manaus (SRMM) como órgão responsável pela execução das obras e serviços de engenharia. Os questionamentos continuaram por parte do Ministério Público e do TCU.

Em abril deste ano, a Suframa conseguiu se adequar às exigências legais para a obra. O TCU determinou o desbloqueio do orçamento e permitiu o início da recuperação da malha viária do Distrito Industrial. Agora, a recuperação voltou à estacada com a desistência da SRMM.



Primeiro convênio para realização da obra pelo Cieam foi cancelada por irregularidades apontadas pelo TCU

Busca rápida

*

Irregularidade leva a bloqueio de bens

A Justiça Federal, em fevereiro deste ano, determinou o bloqueio dos bens da superintendente da Suframa, Flávia Grosso, e do presidente da Cieam, Maurício Loureiro, do empresário Jorge Soto Mayor, e Armando Lima por irregularidades no convênio para recuperar as ruas do Distrito Industrial.

Preço considerado inviável

A superintendente da Suframa, Flávia Grosso, informou, por meio da assessoria de comunicação, que o dinheiro devolvido pela Secretaria da Região Metropolitana de Manaus será recolhido aos cofres do Tesouro Nacional.

Ainda segundo a Suframa, o argumento apresentado ao órgão para desistência da obra é que o Governo considerou inexequíveis (que não dá para ser executado) os preços indicados pelo TCU para execução dos serviços viários.

Flávia Grosso informou que a Suframa tem feito o que é possível para manter a trafegabilidade nas ruas do Distrito através do contrato de manutenção das vias.

Segundo a assessoria, o órgão deve tentar incluir no orçamento de 2012 recursos para fazer nova licitação para recuperar as ruas do Distrito.

CULPA DE QUEM?

Arrecadação abalada

Produção industrial menor afetou ICMS no Estado e entidades divergem quanto ao motivo da queda

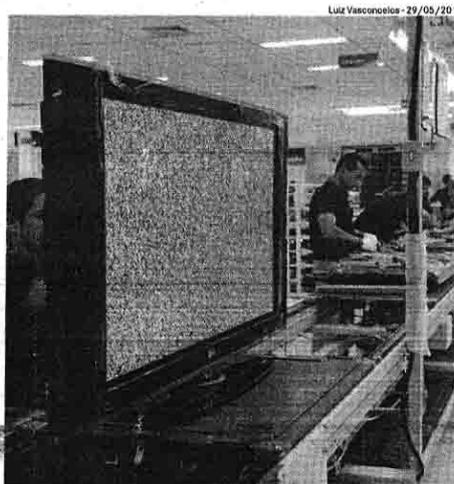
RENATA MAGNENTI
DA EQUIPE DE A CRÍTICA

As fábricas do Polo Industrial de Manaus (PIM) foram identificadas como as protagonistas do desempenho abaixo da média na arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) do Amazonas no primeiro semestre deste ano. O nível que estava bom, nos três primeiros meses do ano, teve redução no trimestre seguinte e Governo e representantes da indústria divergem quanto ao motivo do 'abalão'.

Na comparação do primeiro trimestre de 2011 com o mesmo período de 2010, a receita de ICMS do Estado teve crescimento de 18,50%. Com o fechamento do semestre, o crescimento (nominal) fechou em 6,20% (R\$ 2,777 bi) para uma inflação de 3,86% no período (IPCA).

Para o secretário de Estado da Fazenda (Sefaz), Isper Abraim, o cenário estava previsto e o ICMS nominal de 2011 deve fechar em um crescimento de 12% a 17%. A explicação da Sefaz é que o desempenho foi afetado pela paralisação, a partir do início do segundo trimestre, de linhas de produção em fábricas como LG, Samsung e Semp Toshiba, que passam por obras de ampliação. "Porém, a expectativa para os próximos meses é de crescimento, até porque o mercado já começa a se preparar para as festas de fim de ano", disse Abraham.

Para o presidente do Centro das Indústrias do Estado do Amazonas (Cieam), Wilson Périco, o motivo da queda no desempenho passa longe de reforma nas fábricas e tem maior relação com problemas no setor de componentes (ver Blog).



Secretaria de Fazenda diz que algumas linhas de produção estão 'fora do ar'

Luz Vasconcelos - 29/05/2011

OUTRO LADO

A própria Sefaz, no início do mês, havia informado que a queda era justificada pelo segmento de insumos da indústria estrangeira que, em junho do ano passado, pagou R\$ 607 milhões em impostos e, este ano, apresentou volume 5,97% menor, com R\$ 570 milhões.

O consultor econômico José Laredo também discorda que ampliações de fábricas no PIM sejam a explicação para o momento que o Estado vive. Segundo ele, a questão é macro, nacional, relacionada às medidas do Banco Central para estabilizar a inflação. "Ano passado o Produto Interno Bruto (PIB) cresceu 7,5%, enquanto, este ano deve crescer de 4% a 4,5% há um decréscimo no poder de consumo. Isso não quer dizer que a economia não está acelerada, mas que está crescendo menos", diz.

Blog

é Wilson Périco

PRESIDENTE DO CIEAM

"Não acredito que a ampliação de algumas fábricas como da Samsung e LG, que estão se propondo a produzir novos produtos em Manaus, tenha contribuído para a queda na arrecadação do ICMS. Eu, sinceramente, desconheço essa informação. O que afeta diretamente a arrecadação é fábricas estrangeiras no segmento de componentes têm tirado o mercado das fábricas nacionais em especial as do Polo Industrial de Manaus. Este já é um assunto 'batido' no setor industrial, mas que ainda tem que ser discutido e avaliado. O governo Federal tem o poder de administrar os tributos de importação pode elevar os impostos para frear a concorrência internacional e o governo do Estado deveria propor a redução da carga tributária e incentivar que as multinacionais comprem componentes das fábricas nacionais"

Videolar investe R\$ 12 mi na fabricação de tampas no PIM

HENRIQUE SAUNIER
Especial para o EM TEMPO
henrique@emtempo.com.br

Com investimento total de R\$ 12 milhões, a Videolar vai iniciar a produção de tampas plásticas para garrafas até o fim deste mês. O objetivo é chegar a uma capacidade mensal de 80 milhões de unidades do produto. Este será o primeiro empreendimento no ramo petroquímico no Polo Industrial de Manaus (PIM) e a ideia é abastecer o mercado nacional de bebidas.

O local escolhido é a Unidade 1 (injeção plástica – produção de estojos para CD, DVD e Blu-ray) e serão gerados, inicialmente, 90 empregos diretos. Além desses, outros 20 colaboradores participaram de um período de treinamento na Itália, sede da empresa Sacmi, fabricante do equipamento de produção. Segundo a empresa, a pro-

dução iniciará com duas linhas destinadas à produção de 80 milhões de peças por mês. No entanto, a companhia já planeja dobrar essa capacidade com a aquisição de dois novos equipamentos da Sacmi, tudo no primeiro semestre de 2012. A expectativa da Videolar é alcançar a marca de dez linhas até o final do próximo ano, alcançando 400 milhões de tampas e fazendo com que a empresa abocanhe boa fatia do mercado nacional.

E a indústria de entretenimento – e agora petroquímica – 100% nacional, não perdeu tempo e anunciou para este mês o início da produção em larga escala das tampas para garrafas plásticas, o que, segundo a mesma, é “uma estratégia de negócio que visa expandir sua atuação no setor de transformação de plásticos”. Hoje, a companhia é uma das maiores fabricantes de estojos para CD e DVD do país

“Iniciamos nossa atuação

no setor de transformação de plásticos para atender uma demanda interna de estojos para CDs e DVDs. Hoje, além do consumo próprio, abastecemos o comércio de atacado e varejo com 10 milhões de peças por mês e representamos 70% do mercado nacional. Chegou o momento de conquistar um novo nicho: o setor alimentício”, ressaltou o presidente da Videolar, Phillip Wojdyslawski.

Duas versões

Para justamente atender às necessidades do setor alimentício, agora um dos focos da empresa, a tampa plástica terá em suas duas versões a vedação bilabial, que reduz a perda de Dióxido de Carbono (CO2) quando a garrafa é exposta a altas temperaturas (no estoque ou transporte). Além disso, esse tipo de material garante a integridade do produto ao consumidor final. A Videolar informou ainda que as

tampas serão fabricadas por meio do sistema de moldagem por compressão, tida como a mais moderna tecnologia para produção de tampas.

“Nossos diferenciais competitivos estão igualados aos dos maiores produtores de tampas para garrafas do Brasil. Temos a expertise no segmento de transformação de plásticos atrelada à matéria-prima certificada, máquinas de alta tecnologia, assistência técnica especializada e agilidade na logística de distribuição”, explicou Wojdyslawski.

O portfólio de produtos fabricados pela Videolar será composto pelos modelos de tampas PCO 1810 e PCO 1881. Esses formatos são utilizados em garrafas de refrigerante e água mineral, sendo o último compatível com o novo padrão de garçalo adotado por importantes indústrias de garrafas Polí Tereftalato de Etileno (PET)

Entidades exaltam iniciativa

O presidente do Sindicato da Indústria de Bebidas em Geral de Manaus, Antonio Silva, corroborou a importância da Videolar em trazer mais uma indústria para atender as empresas de bebidas e de polipropileno (PP) como um todo. “Além de termos uma geração de emprego e renda, hoje, as tampas plásticas consumidas pela indústria de Manaus vêm de vários fornecedores, principalmente do Sul do Brasil. Teremos uma redução de custo, sim, mas não no preço. As empresas vão ganhar mais tempo, pois hoje o estoque deve ser comprado do Sul e chega entre os dias 22 e 25 de cada mês no Amazonas”, pontuou Silva.

Já na opinião do presidente do Sindicato das Indústrias

de Material Plástico de Manaus (Simplast), Carlos Monteiro, com o advento do gás natural, a tendência agora é instalar e consolidar o polo petroquímico. “Isso pode abrir as portas para as outras indústrias se instalarem aqui. Temos uma gama muito grande de atuação, não só para tampas plásticas”.

Ao ressaltar que o PIM já possui fábricas de tampas de garrafa, como a Crown, ele disse que a produção de tampas plásticas local gira em torno de 20 milhões de unidades mensais. “As empresas não devem se preocupar, porque a demanda pelo produto ainda é muito maior. Para se ter uma ideia, no verão, a demanda no Sul ultrapassa 40 mil unidades por hora”, salientou.

Vendas crescem 17% na quinzena

No comparativo com o mesmo período em 2010, as vendas de motocicletas no Polo Industrial de Manaus (PIM) registraram aceleração durante os primeiros 15 dias do mês de julho. O crescimento foi de 17%, segundo dados divulgados pela Associação Brasileira dos Fabricantes de Motocicletas, Ciclomotores, Motonetas, Bicicletas e Similares (Abraciclo).

Na primeira quinzena deste mês, foram vendidas 87.775

motocicletas, enquanto, em intervalo igual de 2010, o número não passou de 75.283. O levantamento ainda registrou avanço de 2% em comparação ao mês anterior, época em que foram vendidos 86.284 produtos.

A expectativa é de que sejam vendidas 167,5 mil motocicletas, ao considerar a média diária de vendas nos primeiros 15 dias - 7.979. A previsão representa uma alta de 4% em comparação

ao mês de junho e de 13% em relação ao mesmo período do ano passado.

Dados do 1º semestre

No primeiro semestre de 2011, foram comercializadas 1.033.408 unidades, número que registrou alta de 18% em comparação ao mesmo período do ano passado. A produção de motocicletas também apresentou resultados gerais satisfatórios. Com 1.078.684 unidades fa-

bricas de janeiro a junho de 2011, no acumulado do ano, registra-se aumento de 24,6% em comparação com os seis primeiros meses do ano passado, que teve 865.561 motocicletas produzidas.

As exportações feitas no primeiro semestre apresentaram equilíbrio em comparação ao mesmo período de 2010, quando foram exportadas aproximadamente 32.506 unidades.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2011



Ministério do
Desenvolvimento, Indústria
e Comércio Exterior

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA

Retificação

Com referência ao Aviso de Licitação do Pregão Eletrônico nº 17/2011, publicado no dia 12/07/2011, temos a informar: onde se lê: "abertura prevista para o dia 22/07/2010, às 10h30min (hora Brasília), no sítio www.comprasnet.gov.br" leia-se: "abertura prevista para o dia 28/07/2011, às 10h30min (hora Brasília), no sítio www.comprasnet.gov.br".

Manaus, 15 de julho de 2011
MARCELO SOUZA PEREIRA
Pregoeiro

BALANÇA

Superávit se aproxima de R\$ 16 bilhões

A balança comercial brasileira registrou na terceira semana de julho superávit de US\$ 880 milhões, com exportações de US\$ 5,395 bilhões e importações de US\$ 4,515 bilhões. Com o resultado, o saldo acumulado do mês subiu para US\$ 2,751 bilhões, com média diária de US\$ 250,1 milhões.

No ano, o saldo acumulado subiu para US\$ 15,717 bilhões e a média útil diária chegou a US\$ 116,4 milhões, um crescimento de 70,4% ante o mesmo período de 2010, informou ontem o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC).

No acumulado do ano, as exportações ficaram em US\$ 130,603 bilhões e as importações, em US\$ 114,8 bilhões.

Hoje, o MDIC vai divulgar em seu site detalhes da balança comercial em julho.